

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 12, 1º de novembro de 2011.

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 13, inciso I, do Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e o art. 4º, incisos I e II, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e o art. 45, incisos I e XI, do Anexo I, da Portaria nº 3553, de 13 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Os arts 6º e 7º da Instrução Normativa nº 12, de 01 de novembro de 2011, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º A Comissão Disciplinar poderá solicitar ao responsável pela unidade envolvida a designação de servidor para o exercício da função de secretário ad hoc.

§ 1º

§ 2º

"Art. 7º O registro audiovisual gerado em audiência deverá ser juntado aos autos, sem necessidade de transcrição em ata, sendo disponibilizado à defesa o acesso ao seu conteúdo ou à respectiva cópia.

§ 1º O presidente da Comissão Disciplinar assinará a ata de audiência lavrada, na qual serão registrados, pelo menos, a data, os locais e os participantes do ato.

§ 2º O registro nominal e individualizado da presença de cada um dos participantes na gravação dispensa as suas assinaturas na ata de audiência."

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 2 de março de 2020.

GILBERTO WALLER JUNIOR

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 445, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, considerando o disposto no art. 18 da Portaria nº 747, de 16 de março de 2018, e no art. 25 da Portaria nº 2.246, de 5 de julho de 2019, bem como no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do Programa de Gestão de Demandas - PGD da Controladoria-Geral da União, referente ao 3º trimestre de 2019, na forma do Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO

ANEXO ÚNICO

1. Período de acompanhamento:

O presente relatório contempla as atividades realizadas no Programa de Gestão de Demandas - PGD no período de 01/07/2019 a 30/09/2019.

2. Avaliação dos servidores por área quanto ao prazo de entrega das atividades:

Unidade	Total de Servidores *	Quantidade de servidores que participaram das atividades	Quantidade de servidores que participaram da experiência que atenderam ao prazo em todas as atividades	% de Atendimento de Prazo	% de participação
Secretaria-Executiva	237	97	96	98,97%	40,93%
Secretaria Federal de Controle Interno	409	235	231	98,30%	57,46%
Corregedoria-Geral da União	110	42	41	97,62%	38,18%
Ouvidoria-Geral da União	64	27	22	81,48%	42,19%
Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção	64	36	28	77,78%	56,25%
Secretaria de Combate a Corrupção	62	14	14	100,00%	22,58%
Controladorias Regionais	1043	333	321	96,40%	31,93%
Consultoria Jurídica	12	0	0	N/A	N/A
Gabinete do Ministro	23	2	2	100,00%	8,70%
Assessoria de Comunicação Social	8	1	1	100,00%	12,50%
Totais	2032	787	756	96,06%	38,73%

* Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

3. Avaliação da qualidade das atividades realizadas, separadas por área:

Unidade	Quantidade de pactos realizados	Quantidade de produtos entregues	Avaliação da qualidade dos produtos entregues					Avaliação percentual da qualidade dos produtos				
			Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Insatisfatório	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Insatisfatório
Secretaria-Executiva	508	1564	779	719	66	0	0	49,81%	45,97%	4,22%	0,00%	0,00%
Secretaria Federal de Controle Interno	854	10735	1774	5413	3390	158	0	16,53%	50,42%	31,58%	1,47%	0,00%
Corregedoria-Geral da União	181	363	239	105	19	0	0	65,84%	28,93%	5,23%	0,00%	0,00%
Ouvidoria-Geral da União	88	1786	620	1128	38	0	0	34,71%	63,16%	2,13%	0,00%	0,00%
Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção	91	108	65	36	7	0	0	60,19%	33,33%	6,48%	0,00%	0,00%
Secretaria de Combate a Corrupção	56	94	73	19	2	0	0	77,66%	20,21%	2,13%	0,00%	0,00%
Controladorias Regionais	1268	10287	1371	3918	4920	78	0	13,33%	38,09%	47,83%	0,76%	0,00%
Gabinete do Ministro	5	19	7	9	3	0	0	36,84%	47,37%	15,79%	0,00%	0,00%
Assessoria de Comunicação Social	2	7	6	1	0	0	0	85,71%	14,29%	0,00%	0,00%	0,00%
Consultoria Jurídica	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Totais	3053	24963	4934	11348	8445	236	0	19,77%	45,46%	33,83%	0,95%	0,00%

4. Avaliação da qualidade das atividades por tema:

Tipo de Atividade	Atividade Pactuada	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Insatisfatório	Total Geral
Controle Interno	Análise da Solicitação de Sigilo do Gestor	0	4	0	0	0	4
	Análise de ato admissional	155	268	321	0	0	744
	Análise de concessão de aposentadoria ou pensão	1210	1885	2010	42	0	5147
	Análise de demandas do Banco de Denúncias	1	36	1	0	0	38
	Análise de manifestação sobre trilhadas de pessoal	30	132	326	0	0	488
	Análise de TCE (Tomada de Contas Especial) - outras motivações exceto Omissão.	0	250	0	0	0	250
	Análise de TCE (Tomada de Contas Especial) - Processos de Omissão.	0	273	0	0	0	273
	Análise do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) ou Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)	0	3	0	0	0	3
	Análise e instrução de Processos de demandas externas e internas	44	22	9	23	0	98
	Benefícios Financeiros ou não Financeiros: Instrução e análise	25	61	2	0	0	88
	Capacitação: Estudos Técnicos em temas relacionados às atividades da SFC.	0	4	0	0	0	4
	Codificação	1	0	0	0	0	1
	Desenvolvimento de soluções tecnológicas.	14	0	0	0	0	14
	Elaboração de Notas Informativas, Técnicas, ou documentos similares	11	38	14	0	0	63
	Elaboração e análise de normativos - SFC	4	0	0	0	0	4
	Elaboração e revisão de procedimentos	2	1	0	0	0	3
	Estudos Técnicos em temas relacionados às atividades da SFC.	7	20	12	1	0	40
	Execução de ação de controle: Coleta e análise de dados, produção/coleta de papéis de trabalho, Minuta da Matriz de Achados	123	188	510	11	0	832
	Levantamento, cruzamento e análise de bases de dados	27	89	204	0	0	320
	Monitoramento: análise do Plano de Providências Permanente	224	633	419	12	0	1288
Monitoramento: Revisão da análise do Plano de Providências Permanente feita pelo supervisor	0	4	32	0	0	36	



	Planejamento: Estudos para elaboração da estratégia das ações de controle, elaboração de pré-projeto, levantamento de informações, Programa de Trabalho, Matriz de Planejamento, Estruturação dos papéis de trabalho	112	190	225	2	0	529
	Preparação e aprovação do relatório para publicação atendendo aos requisitos legais de sigilos	14	9	41	0	0	64
	Produção de conteúdo técnico: relatórios, estudos e análises técnicas, cartilhas, manuais, guias, textos para sites, formulários, etc.	23	9	22	0	0	54
	Registro e gestão dos projetos/subprojetos no Sistema CGUProj	0	0	0	1	0	1
	Relatoria: análise das manifestações das unidades examinadas	33	114	132	11	0	290
	Relatoria: elaboração da Introdução, Highlight, Escopo e Conclusão	15	36	41	4	0	96
	Relatoria: Elaboração do Relatório Final, lançamentos nos sistemas corporativos	14	42	30	2	0	88
	Relatoria: Elaboração e/ou revisão de Solicitação de Auditoria - Achados, elaboração de relatório preliminar, incluindo análise das respostas às solicitações de auditoria, questionários e lançamentos nos sistemas corporativos	173	368	435	5	0	981
	Resposta a LAI (Produção de resposta, análise, revisão, encaminhamento)	9	1	3	0	0	13
	Revisão de relatório de TCE (Tomada de Contas Especial)	0	46	0	0	0	46
	Revisão de relatório: ajustes decorrentes de apontamentos do revisor (supervisor, Coordenador da Equipe ou UCI demandante)	9	102	80	0	0	191
	Revisão de relatório: pela equipe de auditoria, e/ou pelo supervisor, e/ou pelo Coordenador da Equipe, e/ou UCI demandante	34	90	24	0	0	148
	SFC - Elaboração de materiais acadêmicos: conteúdos para cursos presenciais e/ou EAD, incluindo questões, estudos de casos e demais recursos pedagógicos)	23	5	10	0	0	38
Corregedoria	Agendamento de videoconferência e contato com unidades envolvidas (por dia).	0	10	0	0	0	10
	Análise de incidentes processuais	0	1	0	0	0	1
	Análise de outras manifestações dos investigados	2	8	6	0	0	16
	Análise inicial de demanda	0	0	2	0	0	2
	Análise processual e produção da documentação pertinente (em todos os eixos de atuação correcional)	151	131	17	0	0	299
	Atualização de bases de dados e sistemas informatizados (por lote de informação).	2	5	0	0	0	7
	Consulta Histórico Correcional	57	0	0	0	0	57
	CRG - Levantamento, cruzamento e análise dados	0	0	2	0	0	2
	Degração (por hora de gravação).	0	0	2	0	0	2
	Denúncia - Tratamento no sistema Banco de Denúncias.	1	7	6	0	0	14
	Dúvidas externas e pedido LAI - Elaboração de resposta	2	2	1	0	0	5
	Elaboração de Ata de Reunião.	7	13	7	0	0	27
	Elaboração de demandas para outras áreas	0	2	0	0	0	2
	Elaboração de Estudo Técnico ou Relatório (em todos os eixos de atuação correcional).	4	4	0	0	0	8
	Elaboração de notificações, intimações e citações	9	75	38	0	0	122
	Elaboração de parecer de apoio ao julgamento	0	1	0	0	0	1
	Elaboração de Relatório Final	7	3	5	0	0	15
	Elaboração de Termo de Indiciação	7	9	0	0	0	16
	Elaboração do planejamento do processo de responsabilização	0	1	0	0	0	1
	Estudo Preliminar	5	14	9	0	0	28
	Inserção e atualização de informações no Sistema CGU-PJ e CGU-PAD	0	1	1	0	0	2
	Inspeção Correcional (Elaboração de peça processual).	0	0	1	0	0	1
	Manutenção de repositório de entendimentos	2	0	0	0	0	2
	Oferta de Cursos - Gestão de turma (controle de inscrições, certificados etc) - por dia/por turma.	0	1	1	0	0	2
	Oferta de Cursos (Preparação de aula/palestra presencial).	2	3	3	0	0	8
	Painel Gerencial - Manutenção de painel gerencial em ambiente BI (Serviço de relatórios) ou QlikView	3	0	0	0	0	3
	Planejamento - Elaboração/revisão de Plano Operacional.	0	1	0	0	0	1
	Preparação de minuta de portaria	4	0	0	0	0	4
	Preparação de oitivas	13	54	14	0	0	81
	Procedimento Correcional - Acompanhamento de prazos de portarias e envio de e-mails (por dia).	0	7	0	0	0	7
	Produção/Revisão/Atualização de Conteúdo (Portais web, cursos e publicações institucionais).	5	2	0	0	0	7
	Realização de oitivas	21	13	7	0	0	41
	Revisão, Elaboração e análise de normativo	0	2	0	0	0	2
	Sistemas e Cadastros - Conferência de informações e inclusão em banco de dados (por dia).	9	1	0	0	0	10
	Sistemas e Cadastros - Extração de dados	3	1	0	0	0	4
	Supervisão Correcional - levantamento de informações, análise de dados/documentos, identificação de fragilidades e boas práticas	0	4	0	0	0	4
	Tarjamento - Análise e Tarjamento de Processos/Documentos	4	0	0	0	0	4
	Triagem/monitoramento de demandas da unidade (por dia)	42	0	0	0	0	42
Gestão Interna	Análise da execução de acordos, contratos, convênios, termo de execução descentralizada ou congêneres.	3	0	1	0	0	4
	Análise e produção de resposta de pedido LAI, manifestação de ouvidoria	0	5	0	0	0	5
	Análise ou execução de etapas/processos de administração e desenvolvimento de pessoal, contratação, prorrogação de contratos e aplicação de penalidades da Lei nº 8.666/93 (e correlatas)	103	51	0	0	0	154
	Análise processual de despesas relacionadas à contratos, fornecedores, diárias, passagens e suprimento de fundos no âmbito da CGU (por processo)	1	2	1	0	0	4
	Desenvolvimento de conteúdo (informativos, tutoriais, estudos, cartilhas, manuais, guias, textos para sites, formulários, documentos preparatórios, insumos para reuniões, entre outros).	13	43	7	0	0	63
	Elaboração de materiais instrucionais - conteúdos de cursos presenciais e/ou EAD, incluindo questões, estudos de casos e demais recursos pedagógicos (para cada hora de curso) 8 faixas	0	4	0	0	0	4
	Elaboração e Análise de pesquisa de preços (por documento finalizado).	1	0	0	0	0	1
	Elaboração e/ou análise de minutas ou normativos, editais, termos de referência, projetos básicos, convênios, portarias, acordos, contratos, termos aditivos, estudo técnico preliminar, análise de riscos e consultas	8	9	1	0	0	18
	Estudos Técnicos em temas relacionados às atividades da SFC.	0	4	0	0	0	4
	Estudos técnicos, análise e resposta a demandas (judiciais, processos administrativos, solicitações de auditoria, relatórios e autorização de serviço).	2	4	2	0	0	8
	Instrução de processos para o encaminhamento de pagamentos de faturas de contratos e serviços/aquisições (Medições, Relatórios, Check-Lists etc).	12	3	0	0	0	15



	Levantamento e/ou análise de dados para subsidiar o desenvolvimento de estudos técnicos ou produção de Informação, Parecer, Nota Técnica, Despacho, documento opinativo, Relatório, conteúdos instrucionais e outros artefatos técnicos.	6	1	11	1	0	19
	Planejamento, formalização, acompanhamento e/ou avaliação de projetos, atividades e ações	2	3	0	0	0	5
	Produção de expedientes oficiais (por documento)	25	3	0	0	0	28
	Produção de Informação, Parecer, Nota Técnica, Despacho, documento opinativo e Relatório	19	31	1	0	0	51
	Realização de registros no SIASG, SIAFI e SIOP referentes à programação orçamentária, financeira e contábil (por registro)	0	0	1	0	0	1
Ouvidoria	Análise e elaboração de respostas às manifestações, exceto denúncias, direcionadas à Controladoria-Geral da União.	0	288	434	0	0	722
	Arquivamento de processos referentes a pedidos e recursos LAI	16	113	0	0	0	129
	Elaboração de Projeto Básico OGU.	0	1	0	0	0	1
	Elaboração de relatórios, estudos e manuais de ouvidoria	4	17	1	0	0	22
	Elaboração de resposta conclusiva pelas áreas demandadas (e-SIC, e-OUV ou e-mail).	8	115	0	0	0	123
	Elaboração de Termo de Referência OGU e Elaboração de Acordo de Cooperação OGU, Elaboração de Nota Técnica sobre Acordo de Cooperação	0	0	1	0	0	1
	Elaboração/revisão de relatórios, estudos, pareceres, notas técnicas e manuais no âmbito das atividades de ouvidoria	26	47	25	0	0	98
	Gestão de Projetos CGUPROJ/Clarity /Teams/Trello	2	0	0	0	0	2
	Instrução de recurso à CMRI	21	0	0	0	0	21
	Instrução de recursos da LAI - 3ª instância.	0	233	0	0	0	233
	Instrução e produção de parecer referente a recurso LAI - 3ª instância - 5 dias.	38	76	17	0	0	131
	Instrução e produção de parecer referente a recurso LAI CGU - 2ª instância.	0	4	0	0	0	4
	Leitura e encaminhamentos diários da Caixa de e-mail Institucional	0	0	3	0	0	3
	Monitoramento do cumprimento de decisões	6	56	0	0	0	62
	Parecer referente a pedidos de revisão (e-SIC/e-OUV).	4	95	0	0	0	99
	Parecer referente a recursos LAI - 3ª instância, aprovado pelo Coordenador-Geral.	15	270	17	0	0	302
	Pesquisa e Desenvolvimento de conteúdo para matéria.	0	1	0	0	0	1
	Planejamento, formalização, acompanhamento e/ou avaliação de projetos, atividades e ações	31	37	42	0	0	110
	Planejamento, gestão e monitoramento de atividades de ouvidoria.	15	50	115	1	0	181
	Produção de material audiovisual.	1	1	0	0	0	2
	Produção de respostas (subsídios/minuta) às manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação direcionadas à CGU	0	11	0	0	0	11
	PROFOCO - Elaboração de materiais instrucionais (conteúdos de cursos presenciais e EAD, incluindo questões, estudos de casos, implementação em ambientes virtuais e demais recursos pedagógicos)	15	20	6	0	0	41
	PROMOUV - Elaboração de relatórios sobre o desempenho das atividades de ouvidorias integrantes do SISOUV.	0	0	1	0	0	1
	Proposição ou Revisão Normativa	0	3	1	0	0	4
	Realização de diligências da CMRI	5	0	0	0	0	5
	Revisão e aprovação de denúncias.	0	160	54	0	0	214
	Triagem e distribuição diários de pedido e/ou recurso LAI	411	40	0	0	0	451
	Triagem, registro e elaboração de resposta às denúncias direcionadas à Controladoria-Geral da União	0	225	485	0	0	710
	Tutoria (orientação e revisão de parecer) referente a recursos LAI, por dia.	3	42	0	0	0	45
Pesquisas e Informações Estratégicas	Análise de dados.	14	6	0	0	0	20
	Análise de normativos.	1	0	0	0	0	1
	Análise semanal dos nomes remetidos pela Casa Civil (SINC).	0	5	0	0	0	5
	Carga de bases de dados.	12	4	2	0	0	18
	Desenvolvimento de aplicativos.	7	0	0	0	0	7
	Desenvolvimento e manutenção de infraestrutura de TI.	2	0	0	0	0	2
	Elaboração de relatórios.	1	0	0	0	0	1
	Estudos Técnicos.	19	7	0	0	0	26
	Informação Patrimonial.	4	1	0	0	0	5
	Manutenção de bases de dados.	7	0	0	0	0	7
	Manutenção de infraestrutura de dados.	2	0	0	0	0	2
	Produção de relatórios e notas técnicas.	1	0	0	0	0	1
	Raspagem de dados (webscraping).	1	0	0	0	0	1
	Revisão de relatórios e de tarefas.	3	0	0	0	0	3
Planejamento Desenvolvimento Institucional	Base de Conhecimento - Revisão/Aprovação de objetos.	0	0	32	0	0	32
	Base de Conhecimento - Submissão de objetos.	0	0	12	0	0	12
	Estudo e Elaboração de Relatórios Técnicos.	1	4	0	0	0	5
	Estudos Técnicos sobre temas relacionados aos projetos em desenvolvimento.	0	1	0	0	0	1
	Manuais e/ou Guias - Elaboração.	0	2	0	0	0	2
	Material para Capacitação - Elaboração.	0	34	0	0	0	34
	Plano de Projeto - Elaboração.	0	1	0	0	0	1
Tecnologia da Informação	Atividades de contratação de TI.	13	2	2	0	0	17
	Configurar perfis e acessos de usuários.	196	0	0	0	0	196
	Criação, manutenção, priorização do Backlog do Produto/Sprint ou Iteração	69	72	16	0	0	157
	Desenvolvimento de Sistemas e Aplicativos	86	166	10	0	0	262
	Desenvolvimento e evolução de cargas e processos ETL Incluindo projeto DW).	2	23	0	0	0	25
	Desenvolvimento e manutenção de painéis.	0	1	0	0	0	1
	Elaboração de documentos	11	10	0	0	0	21
	Elaboração de peças de comunicação e divulgação.	2	0	0	0	0	2
	Elaboração de scripts de BD complexos (extrações de dados, inserções/atualizações, procedures etc).	2	2	0	0	0	4
	Elaboração ou Homologação de artefatos de projetos/ordem de serviço de desenvolvimento.	1	4	0	0	0	5
	Estudo, implantação, configuração, parametrização e/ou atualização de soluções de TI.	15	14	0	0	0	29
	Gestão e fiscalização de contratos.	6	1	0	0	0	7
	Planejamento e acompanhamento de atividades.	4	3	0	0	0	7
	Planejamento e acompanhamento de portfólios e projetos.	6	4	0	0	0	10
	Resposta a solicitações externas (ex: LAI, pedidos de outros órgãos).	0	1	0	0	0	1
	Revisão de documentos.	10	0	32	0	0	42
	Testes e Validação de itens do Backlog da Sprint ou Iteração	13	53	20	0	0	86
Transparência Prevenção da Corrupção	Acompanhamento de ações e projetos conduzidos pela STPC ou pelos Núcleos de Ação de Ouvidoria e Prevenção da Corrupção (NAOPs).	7	13	3	0	0	23
	Acompanhamento do recebimento das bases e homologação de cargas para atualização periódica dos dados publicadas no Portal e Páginas de Transparência.	0	0	0	0	0	0



Análise de consultas ou denúncias sobre conflito de interesses, nepotismo, descumprimento de obrigações de transparência.	26	24	7	0	0	57
Análise de contribuições da sociedade sobre projetos, ações, normativos, etc, em matérias afetas à STPC.	1	0	0	0	0	1
Análise de propostas e contribuições para inovação para prevenção à corrupção	8	1	3	0	0	12
Análise de respostas fornecidas por órgãos/entidades do Poder Executivo Federal e/ou entes federativos relativos aos achados resultantes do monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	0	5	0	0	0	5
Análise do Plano de Aperfeiçoamento e dos Relatórios Semestrais no âmbito do Monitoramento do Acordo de Leniência	0	0	1	0	0	1
Análise e avaliação de trabalhos e materiais em eventos de canais de inovação (concursos, datathons, inovathons, etc.)	0	1	3	0	0	4
Análise e avaliação de trabalhos e materiais submetidos por participantes de concursos e seleções promovidas pela STPC (Concurso de Desenho e Redação, seleção de grupo de trabalho OGP etc).	6	32	20	0	0	58
Atividades de assessoria internacional temática ao Ministro (discursos, briefings, apresentações, cartas etc).	5	0	0	0	0	5
Avaliação de Programas de Integridade de empresas participantes do Pró-Ética e/ou revisão dos relatórios de avaliação	24	19	1	0	0	44
Avaliação preliminar de programa de integridade no âmbito de Acordo de Leniência ou PAR	1	0	0	0	0	1
Definição e documentação de processos e metodologias de trabalho a serem utilizadas para realização de atividades afetas à STPC (metodologia de construção de planos de ação de governo aberto, metodologia EBT, Planos de trabalho, criação de programas, etc)	0	0	2	0	0	2
Elaboração de conteúdos para produção audiovisual (briefing, roteiros, imagens, fluxos, infográficos, etc.) sobre temas relacionados às áreas de atuação da STPC	1	0	0	0	0	1
Elaboração de materiais instrucionais - conteúdos de cursos presenciais e/ou EAD, incluindo questões, estudos de casos e demais recursos pedagógicos (para cada hora de curso) 6 faixas	0	4	5	0	0	9
Elaboração de relatórios/registros de achados do monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	0	1	0	0	0	1
Elaboração e análise de normativos, instruções e orientações relacionadas às áreas de atuação da STPC.	0	2	0	0	0	2
Execução de ações de monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	0	0	0	0	0	0
Planejamento de eventos realizados pela STPC ou pelos Núcleos de Ações de Ouvidoria e Prevenção (workshops, cursos, conferências, palestras, etc)	1	7	6	0	0	14
Produção e avaliação de documentos para contratações e/ou aquisições, ou acordos (Termo de Referência, Nota Técnica, Pesquisa de Preço, minuta etc.)	0	0	0	0	0	0
Produção e consolidação de conteúdo (relatórios, planos, estudos, análises, cartilhas, manuais, guias, textos para sites, formulários e outros similares).	23	8	2	0	0	33
Produção e consolidação de conteúdo e de materiais institucionais relacionados ao tema integridade.	1	1	2	0	0	4
Produção e revisão de documentos relacionados à participação do Brasil nos foros internacionais anticorrupção (comentários da CGU a propostas de princípios, guias, relatórios sobre os temas debatidos nos foros, discursos, apresentações etc)	0	9	3	0	0	12
Resposta e consolidação a demandas externas de cidadãos, academia, imprensa e similares.	0	0	0	0	0	0
Revisão de relatório de avaliação de programa de integridade	0	3	0	0	0	3
Revisão de relatórios/registo de achados de monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	0	10	0	0	0	10

Elaboração de Atos Normativos	Análise de Dados da CENOR.	5	0	0	0	0	5
	Análise e instrução de Processos de Acordos de Cooperação (por processo).	37	0	0	0	0	37
	Análise e resposta de recurso do SECI.	1	0	0	0	0	1
	Análise processual e produção da documentação pertinente	4	0	0	0	0	4
	Estudos Técnicos.	1	0	0	0	0	1
Comunicação Social	Submissão, revisão e publicação de objetos da "base de conhecimentos" no Repositório. (4 submissões/ revisões ou publicações)	19	0	0	0	0	19
	Atualização e manutenção (por demanda) dos canais institucionais da CGU na internet e/ou na intranet.	1	10	0	0	0	11
	Criação de material institucional (folders, cartazes, adesivos etc).	0	1	0	0	0	1
	Criação de projeto visual e layout para site, sistema ou painel	0	9	0	0	0	9
	Curadoria de conteúdos externos relacionados às ações da CGU para divulgação nas redes sociais oficiais do órgão.	1	0	0	0	0	1
	Diagramação de publicações (cartilhas, revistas, coletâneas etc).	0	1	0	0	0	1
	Monitoramento e análise das métricas das páginas da CGU nas redes sociais.	2	0	0	0	0	2
	Monitoramento e resposta aos comentários de usuários dos perfis oficiais da CGU nas redes sociais.	0	1	0	0	0	1
	Planejamento e criação de conteúdos pontuais para os perfis oficiais da CGU nas redes sociais.	1	0	0	0	0	1
	Produção de conteúdo institucional (briefings, roteiros, balanços de ações etc.).	0	1	0	0	0	1
	Produção e edição de vídeos e vinhetas audiovisuais.	0	3	0	0	0	3
	Produção/edição de releases e textos jornalísticos.	0	9	0	0	0	9
	Programação de conteúdo para os perfis oficiais da CGU nas redes sociais.	2	0	0	0	0	2
Operações Especiais	Análise de Dados	7	20	16	0	0	43
	Análise Simples (por ato/parecer).	2	0	0	0	0	2
	ATIVIDADE 1 (Atividade de caráter sigiloso).	0	20	0	0	0	20
	ATIVIDADE 4 (Atividade de caráter sigiloso).	2	0	0	0	0	2
	Elaboração e Revisão de Procedimentos e Orientações (por peça).	1	0	0	0	0	1
	Produção de conteúdo (estudos, análises, cartilhas, manuais, guias, texto para site, formulários etc) - SFCOPE	0	11	0	0	0	11
	Produção de Relatórios e Notas Técnicas - SFCOPE	5	4	0	0	0	9
Revisão de Relatórios e Notas Técnicas	3	0	2	0	0	5	
PGD Projetos	Atividade de Projetos	214	1326	1290	36	0	2866



Piloto do PGD Projetos	Atividade de Projetos	496	2004	701	84	0	3285
TOTAL		4934	11348	8445	236	0	24963

5. Programa de Gestão de Demandas - Projetos
O PGD-Projetos foi instituído na CGU por meio da Portaria nº 2.246, de 8 de julho de 2019. Trata-se de modalidade que permite que equipes possam pactuar em PGD com o compromisso de entregas de resultados únicos no âmbito de projetos.
Os indicadores do 3º trimestre de 2019 estão sintetizados abaixo:

Indicador	Total
Nº de servidores que participaram do PGD-Projetos	73
Nº de projetos	69
Nº de Projetos Concluídos	32
Nº de Projetos parcialmente concluído	34
Projetos em andamento	33
Marcos / Fases executados	105
Marcos / Fases Repactuados	19

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 4, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

Instauração de Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, pela 6ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, na forma do artigo 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e dos artigos 1º e 2º, ambos da Resolução nº 66/2005 do CSMPDFT, considerando as informações de irregularidades/ilegalidades em contratações realizadas por Administrações Regionais no Distrito Federal, objeto da investigação policial e ação penal (Processo n: 2014.01.1.171461-8/OPERAÇÃO MONOPÓLIO), em trâmite perante a 3ª Vara Criminal da Circunscrição Especial de Brasília, e do conteúdo do Memorando n: 15/2019 - GAECO/PGJ/MPDFT, resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apuração de eventuais irregularidades/ilegalidades em contratações feitas pela Administração Regional de Ceilândia, documentadas nos Procedimentos Administrativos (PAs) nº 138.000.815/2012, nº 138.000.707/2012, nº 138.000.207/2012, nº 138.000.216/2012, nº 138.001.791/2012, nº 138.000.224/2013, nº 138.000.716/2013, nº 138.000.215/2013, nº 138.000.192/2013, nº 138.000.214/2013, nº 138.000.203/2013, nº 138.000.222/2013, nº 138.000.238/2013, nº 138.000.217/2013, nº 138.000.253/2014, nº 138.000.238/2014, nº 138.000.520/2014 e nº 138.000.206/2014.

Registre-se no SISPRO e anote-se na capa do procedimento:

Interessados: Administração Regional de Ceilândia;

Assunto: Possíveis irregularidades em contratações realizadas pela Administração Regional de Ceilândia, nos anos de 2012, 2013 e 2014, documentadas, respectivamente, nos Procedimentos Administrativos (PAs) nº 138.000.815/2012, nº 138.000.707/2012, nº 138.000.207/2012, nº 138.000.216/2012, nº 138.001.791/2012, nº 138.000.224/2013, nº 138.000.716/2013, nº 138.000.215/2013, nº 138.000.192/2013, nº 138.000.214/2013, nº 138.000.203/2013, nº 138.000.222/2013, nº 138.000.238/2013, nº 138.000.217/2013, nº 138.000.253/2014, nº 138.000.238/2014 e nº 138.000.520/2014 e nº 138.000.206/2014.

Após a devida atuação desta Portaria, promovidas as comunicações, publicações e anotações de estilo (artigo 2º da Resolução nº 66/2005), providencie a secretaria desta Promotoria de Justiça a realização das diligências elencadas no despacho anexo.

HIZA MARIA SILVA CARPINA LIMA
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 225, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 51 - XXVII do Regimento Interno Diretivo do MPF, alterado pela Portaria PGR/MPF nº 45, de 30/01/2019, e conforme consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.24.000.000747/2017-27, com base em Decisão PGR que negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela interessada, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica Vértice Ltda. - ME., inscrita no CNPJ sob o nº 09.019.058/0001-51, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 2 (dois) meses, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, c/c o item 16.1 do Pregão Eletrônico 8/2017 da Procuradoria da República na Paraíba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

PORTARIA Nº 226, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 51 - XXVII do Regimento Interno Diretivo do MPF, alterado pela Portaria PGR/MPF nº 45, de 30/01/2019, e conforme consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.24.000.001121/2016-57, com base em Decisão PGR que negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela interessada, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica José Dantas Diniz Filho ME., inscrita no CNPJ sob o nº 22.077.847/0001-07, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 1 (um) mês, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, c/c o item 16 do Pregão Eletrônico 2/2016 da Procuradoria da República na Paraíba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA 240ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2020

Início: 10h08.

Presidência: Alberto Bastos Balazeiro. Presentes os(as) Senhores(as) Conselheiros(as): Maria Aparecida Gugel (Conselheira Secretária), Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Oksana Maria Dziura Boldo, Eneas Bazzo Torres, Ricardo José Macedo de Brito Pereira, Alvacir Correa dos Santos e José de Lima Ramos Pereira (Vice-Presidente). Ausentes, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Edelmare Barbosa Melo e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva. Presentes o Corregedor-Geral do MPT André Luís Spies, a Ouvidora do MPT Heloísa Maria Moraes Rego Pires e o representante da ANPT, Helder Santos Amorim.

Deliberações:

I - Aprovação da ata da 239ª Sessão Ordinária.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, à unanimidade, prorrogou a ata da 239ª Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Edelmare Barbosa Melo e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva e, momentaneamente, o Presidente Alberto Bastos Balazeiro. CSMPPT, 240ª Sessão Ordinária, 20/02/2020.

II - Processos deliberados.

Inversão da pauta.

01 - PGEA nº 20.02.0001.00010120/2019-21.

Proponente: Alberto Bastos Balazeiro - Procurador-Geral do Trabalho
Assunto: Proposta de alteração da Resolução CSMPPT nº 166/2019, que dispõe sobre a atuação finalística no âmbito do Ministério Público do Trabalho - Deliberação de pedido de prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão designada para revisão da Resolução CSMPPT nº 166/2019.

Relatora: Conselheira Oksana Maria Dziura Boldo.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, prorrogar, por 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão designada para revisão da Resolução CSMPPT nº 166/2019. Ausentes, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Edelmare Barbosa Melo e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva e, momentaneamente, o Presidente Alberto Bastos Balazeiro. CSMPPT, 240ª Sessão Ordinária, 20/02/2020.

02 - Extrapauta - PGEA nº 20.02.0001.0009070/2019-47 - (Apensos: PGEAS nº 20.02.004.0000045/2018-16 e 20.02.0004.0000365/2018-09).

Interessado: Leomar Daroncho - Procurador do Trabalho.

Assunto: Proposta de alteração da Resolução nº 90/2009 - Pedido de prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão designada para revisão da Resolução CSMPPT nº 90/2010.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, prorrogar, por 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão designada para revisão da Resolução CSMPPT nº 90/2010. Ausentes, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Edelmare Barbosa Melo e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva e, momentaneamente, o Presidente Alberto Bastos Balazeiro. CSMPPT, 240ª Sessão Ordinária, 20/02/2020.

03 - PGEA nº 20.02.0500.0000515/2019-59.

Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região.

Assunto: Especialização de Ofícios - Alteração da Portaria PGT nº 1119/2019.

Relatora: Conselheira Oksana Maria Dziura Boldo.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora pela desnecessidade de intervenção do CSMPPT nos procedimentos de fixação e alteração das atribuições dos núcleos ou divisões no âmbito das Procuradorias Regionais do Trabalho, por tratar-se de questões afetas apenas a atuação das unidades locais frente ao interesse público, recomendando comunicar o Procurador-Chefe da PRT-5 que o ato pretendido deve ser realizado pela própria Regional; e propor a suspensão da Portaria PGT 1.119/2019 para adequação de redação ou até, se necessário, a sua revogação, foi concedida vista regimental ao Conselheiro José de Lima Ramos Pereira. Ausentes, momentânea e justificadamente, o Presidente Alberto Bastos Balazeiro e, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Ricardo José Macedo de Brito Pereira e Edelmare Barbosa Melo. CSMPPT, 239ª Sessão Ordinária, 17/12/2019.

Decisão: Ao renovar o pedido de vista regimental pelo Conselheiro José de Lima Ramos Pereira, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, reunir e redistribuir ao Conselheiro José de Lima Ramos Pereira os PGEAS 20.02.0500.0000515/2019-59, 20.02.1000.0000242/2019-27 e 20.02.0009.0000367/2019-92 e outros de temas semelhantes já distribuídos a serem localizados pela Secretaria. Os novos PGEAS sobre tema semelhante serão a estes juntados, mediante distribuição por prevenção. Ausentes, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Edelmare Barbosa Melo e Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva e, momentaneamente, o Presidente Alberto Bastos Balazeiro. CSMPPT, 240ª Sessão Ordinária, 20/02/2020.

04 - PGEA nº 20.02.1000.0000242/2019-27.

Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

Assunto: Especialização de Ofícios - Alteração temporária das divisões e atribuição do Ofício - Modificação da Portaria PGT nº 826/2019 para que conste o 7º Ofício Geral da Sede como temporariamente alocado na Coordenação de 2º Grau (até 02/09/2021).

Relator: Conselheiro Eneas Bazzo Torres.

Decisão anterior: Após votar o Conselheiro Relator, em preliminar, pela desnecessidade de intervenção do CSMPPT, em razão de entender que matéria deva ser decidida exclusivamente pela Regional e, no mérito, votar: a) pelo deferimento do pedido de redistribuição temporária de acervo do 7º Ofício Geral da PRT da 10ª Região para os demais Ofícios Gerais de 1º grau providos da Unidade, como já determinado pela Portaria PGT nº 2.011/2019; e b) pelo acolhimento da proposta de alteração do inciso I do Art. 1º da Portaria nº 826/2019 para que conste o 7º Ofício Geral da Sede como temporariamente alocado na Coordenação de 2º Grau (até 02/09/2021), foi concedida vista regimental ao Conselheiro José de Lima Ramos Pereira. Ausentes, momentânea e justificadamente, o Presidente Alberto Bastos Balazeiro e, justificadamente, os(as) Conselheiros(as) Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Ricardo José Macedo de Brito Pereira e Edelmare Barbosa Melo. CSMPPT, 239ª Sessão Ordinária, 17/12/2019.

